

LÊNIN E A QUESTÃO AGRÁRIA: CULTURA E HEGEMONIA¹

NELSON OLIVEIRA*

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, a intenção primeira é relembrar a passagem dos oitenta anos da morte do intelectual revolucionário e dirigente soviético Wladimir Ilitch Ulianov, ou Lênin (1870-1924). Morto no auge de um momento crítico, quando se punha em causa a sustentação interna de um processo revolucionário no seu país, desde então muitas mudanças se processaram na economia e na política mundial. Sua principal obra — dele e de muitos de seus camaradas —, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sonho de uma geração inteira de militantes operários, camponeses e intelectuais revolucionários em todos os cantos de mundo, se esvaiu. Bem mais do que a crise definitiva de um modelo de revolução, o desaparecimento da União Soviética simbolizou para muitos a crise do socialismo, abrindo, assim, caminhos para a consolidação de um conservadorismo reacionário que vem se mantendo como fórmula vitoriosa, sob a égide de uma aliança de forças que compreende as representações mais avançadas dos capitais monopolistas europeus, asiáticos e norte-americanos.

Retoma-se aqui a leitura de Lênin tendo claro que a crise do socialismo real não deixou de respingar na sua imagem. Os novos conservadores triunfantes não economizaram esforços para destruir a sua figura, junto com a do socialismo real, colando uma na outra, ressignificando a ambos como expressões maiores dos regimes totalitários, ao lado do próprio Adolf Hitler, no século

1. Texto básico da palestra proferida pelo autor no Seminário Lênin: hegemonia e ruptura na filosofia da práxis (oitenta anos depois de sua morte), realizado no auditório da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA) entre 5 e 9 de julho de 2004.

XX. Nossa pretensão, aqui, não é sair em defesa nem dele nem do socialismo real, ainda que coubesse muito bem uma análise comparada dos efeitos sistêmicos diferenciados — do capitalismo e do socialismo real — nas diversas regiões do mundo onde eles funcionaram ou continuam a vigor. O tom panfletário com que a direita mundial vitoriosa tem procurado destruir, um a um, todos os ícones da revolução social, é uma tentativa de eliminar, de vez, seu sentido e suas possibilidades futuras, colocando uma população inteira que sofre os efeitos do desemprego, da opressão e da exploração na defensiva, como se não houvesse alternativa.

Nossa releitura, portanto, reconhece a sua importância histórica, ainda que com o objetivo muito limitado e modesto de efetuar alguns registros críticos de certas passagens suas, pequenas mas não menos importantes, nesta longa e atribulada trajetória. Não somente da sua trajetória de militante, mas de intelectual que se dedicou intensamente à compreensão da natureza contraditória do desenvolvimento do capital no seu país e à criação das condições efetivas para o seu enfrentamento. O eixo escolhido foi a questão agrária, considerando ter sido o seu esclarecimento um dos momentos mais ricos e definitivos para a sua própria formação e da aliança de classes que, muito tempo depois, derrubaria o poder na velha e carcomida Rússia dos czares.

Uma análise dos textos produzidos pelo autor sobre a problemática agrária na Rússia não caberia num pequeno texto como este, tamanha sua diversidade e complexidade. O objetivo, pois, só pode ser modesto. Esse artigo foi elaborado com a intenção de apresentar, de forma resumida, aquelas que teriam sido, no nosso modo de ver, suas principais preocupações a partir do momento em que decidiu participar mais ativamente das discussões em curso no seu país sobre a problemática agrária. Ao mesmo tempo, analisar os seus reflexos na trajetória sociopolítica das organizações criadas desde então, cujo objetivo maior era o enfrentamento das forças mais conservadoras e reacionárias, em sua maioria de extração rural, sedimentadas no poder imperial.

Nas palavras de Umberto Cerroni, ao longo do tempo a interpretação da obra de Lênin foi bastante comprometida pela insistente prioridade conferida aos seus trabalhos dedicados às necessidades práticas da luta social e política. Com isso, suas obras de fundo teórico nem sempre mereceram atenção maior dos comentadores, justamente ou, talvez, pelo fato mesmo de ter sido ele a figura de proa e de maior destaque na condução de um processo que redundou na derrubada do poder em seu país, e na mais expressiva ruptura política

com o capitalismo já ocorrida no século passado. Ainda segundo Cerroni, na maioria das vezes há uma tendência à exaltação, como se ele fosse o representante de um campo teórico unificado, da economia à cultura, ou, de outro, para sua negação na totalidade, sem quase meio termo: ou se trata de um deus ou de um diabo (cf. Cerroni, 1976).

Mas, relativiza o referido autor, nenhuma dessas versões é, a rigor, conveniente, sobretudo em se tratando de uma personalidade como a de Lênin, que não somente esteve à frente daquela que teria sido a maior revolução política e social do século XX, protagonizando algumas das mais sérias e ardorosas polêmicas em torno do socialismo e de sua viabilidade histórica, como permanece como uma figura histórica cuja herança intelectual e política ainda hoje lastreia práticas e iniciativas das mais importantes, qualquer que seja a tendência ideológica daquele que a aprecia.

Por conseguinte, nosso ponto de partida não é a exaltação, muito menos a realização de cobranças póstumas através de uma avaliação pericial da justiça ou das incorreções possivelmente encontradas nos mais distintos posicionamentos defendidos durante sua carreira militante. Limita-se, fundamentalmente, a efetuar uma abordagem crítica da postura do autor em relação à questão agrária, num momento em que este debate assumia caráter principal e estratégico na Rússia pré-revolucionária, reflexo de sua participação nas mais relevantes correntes e tendências teóricas e de suas práticas comprometidas com a luta social e política em seu desenrolar. Não se excluem, aqui, os impactos sobre tudo aquilo que viria a acontecer no período mais abertamente revolucionário, quando, então, as problemáticas anteriormente abordadas passaram a ganhar bem maior concretude.

Ressaltamos, preliminarmente, o vigor de um teórico jovem que pretende, sobretudo, efetuar uma operação de reconhecimento de seu próprio país, fugindo da aplicação de modelos predefinidos à realidade estudada, até mesmo aqueles extraídos da obra teórica de Karl Marx (1818-1883), autor com o qual jamais deixou de manter estreita aproximação. Portanto, um pensador crítico que procurou aprofundar os laços com a sua própria realidade, com o intuito de descortinar as relações sociais dominantes, as formas de exploração no campo e na cidade, a formação das classes e suas contradições, sempre evitando simplificações ou generalizações descabidas, fora do tempo e do espaço considerado ou vivido.

A tese central aqui defendida é que foi através da abordagem da questão agrária que Lênin veio a se revelar um radical defensor da não-existência de

qualquer especificidade setorial em processos de transição e negar-se a tomá-la como argumento válido na discussão sobre caminhos alternativos para a construção do socialismo. A questão agrária na Rússia de então — ainda relativamente atrasada em relação aos principais países da Europa Ocidental — só se apresentava como uma problemática através desse atraso, que o autor procurava traduzir como *atraso cultural*. Apenas mediante essa lente se enxergava os principais limites impostos à construção de uma unidade na luta por objetivos que ultrapassassem as fronteiras do próprio setor.

Nossa hipótese é que, em suas reflexões de juventude sobre a questão agrária russa na virada do século XIX para o seguinte, Lênin está procurando assentar as bases para aquilo que virá a se tornar sua idéia de revolução num país que não se enquadrava nos critérios de maturidade, assim como os realçados pelo próprio Marx nos seus estudos sobre o capitalismo inglês. E que suas reflexões sobre a questão serão definitivas para as posições que doravante assumirá não somente no plano dos estudos que efetua sobre a formação das classes sociais em países com forte composição rural como nas tarefas de organização, ou na definição de suas estratégias políticas. Partiu daí sua incessante busca de inovação conceitual e das práticas de constituição hegemônica, e os esforços de sempre conferir novos aportes e conteúdo ao marxismo, talvez o mais significativo fora dos núcleos mais avançados do capitalismo mundial.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA: ENTRE ARMADILHAS E OBSTÁCULOS

O enfoque leniniano da questão agrária na Rússia foi todo ele construído a partir de sua firme determinação de escapar de certas armadilhas — muito comuns à época e ainda nos dias atuais — construídas duplamente: pelos que não só insistiam em desconsiderá-la como uma questão real, ou pelos que preferiam tomá-la como pura e simplesmente um obstáculo estrutural ao pleno desenvolvimento das forças produtivas do capital. Se a problemática não era exclusivamente russa, esta, porém, se revelava com bastante força ali e naquele momento em especial, na passagem do século dezenove para o vinte, envolvendo correntes diversas (das emergentes marxistas até as várias populistas) num embate que se traduziria posteriormente num confronto sobre a viabilidade mesmo do capitalismo num campo com as suas características.

Talvez tenha sido Lênin o primeiro a esboçar uma posição que não se prendia a pressupostos gerais, aquele que muito cedo percebeu a necessidade de assumi-la com a seriedade teórica exigida, em face de suas repercussões para

um país que enfrentava aberta e sensivelmente essa problemática. Com quase 70% de sua população no campo e uma classe trabalhadora fabril que apenas se esboçava como uma realidade, não seria difícil, mesmo a olho nu, qualificá-la como atrasada, no sentido de carente de capital para se desenvolver, como muitos insistiam em caracterizar².

Em razão disto, também não eram incomuns os apelos a sua especificidade, à excepcionalidade do caso russo diante dos demais Estados capitalistas ocidentais. Os caminhos adotados pelo autor não seguiam tais orientações: nem se impressiona com o *ruralismo* e com a sua tradição nem se afina estritamente com um apelo de cunho estritamente *modernizante*, muito próprio a um certo marxismo então dominante no país³. Na pauta dessa discussão pesava bastante o quadro que se desdobrava como resultado da reforma que havia eliminado a servidão: o novo quadro sócio-estrutural e suas repercussões na constituição de novos perfis de classe, ao lado da formação dos novos estratos camponeses em consequência da penetração do capital no campo.

O ponto de partida consiste nos argumentos apresentados pelas correntes mais próximas do populismo rural, segundo as quais a Rússia, por suas características históricas e tradição organizativa comunal, deveria ser considerada um caso excepcional dentre os países que transitavam para capitalismo, valendo-se de suas próprias tradições rurais comunitárias. Para esses visionários, o país seria o único que poderia até não necessitar transitar para o capitalismo como condição para atingir posteriormente uma sociabilidade

2. Isto não significa afirmar que seria a Rússia uma representação do atraso em termos capitalistas. Essa posição só poderia ser aceita se considerada relativamente. Com quase dois milhões de operários fabris em finais do século XIX, e sofrendo intensa penetração de capitais franceses e europeus em geral, além dos norte-americanos, ela já despontava nesse período como uma nação industrializada.

3. Por *ruralismo* entende-se aqui uma certa tendência a superestimar a especificidade do caso russo, sua tradição cultural e organizativa camponesa, com ênfase na força da sua organização comunitária. O *populismo* russo espelha fundamentalmente essa tradição. Já por *apelo modernizante* quer-se firmar aqui uma aspiração de convergência entre as correntes burguesas e marxistas, ansiosas por levar a Rússia pelos caminhos do capitalismo: para as primeiras, como ponto terminal; para as segundas, como transição até à construção de uma nova sociabilidade. Se Piotr A. Struve (1870-1944), que pertenceu ao Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) mas terminou seus dias como um dos líderes do partido liberal monarquista, pode ser considerado uma expressão das correntes burguesas modernizadoras (ainda que se arvorando de marxismo), Georg Plekhanov (1856-1918), primeiro teórico do marxismo na Rússia e menchevique a partir de 1903, é seguramente a primeira expressão de um marxismo de cunho ocidentalista.

mais avançada, posição contraposta à dos defensores de uma inevitável modernização. Assim como entendiam, nada havia de negativo no atraso alardeado das suas forças produtivas, ou no anacronismo de suas relações sociais, já que, para atingir o socialismo, a Rússia não precisava ter que passar pelas dores ou pela violência de um parto ainda em processo em grande parte do mundo, inclusive na Europa Ocidental. A vantagem residia, portanto, na possibilidade de desviar-se de um caminho que já era de todos conhecido e muito bem refletido na abordagem da acumulação primitiva efetuada pelo próprio Marx em seu **O Capital**.

Estudioso da realidade russa, de suas contradições, Lênin se dá conta da dubiedade dessas posições e de suas ameaças para a construção revolucionária. Ao desviar-se de um caminho, que outro se afirmava? A pergunta era mais do que pertinente. Ele não simplesmente se recusa a aceitar a veracidade da premissa como se envolve na sua discussão e aprofundamento. Trata-se, nesse sentido, do caso raro de um marxista que não inicia a sua trajetória através de investigações filosóficas ou da crítica à filosofia — a exemplo do próprio Marx ou de Friedrich Engels (1820-1895) — mas justamente daquele que seria o fundamento de todo o seu desenvolvimento futuro: o estudo do desenvolvimento do capitalismo no campo russo e da formação das suas classes sociais num momento de relativa transformação estrutural decorrente da forte penetração do capital no campo.

A crítica que efetua a determinada formação ideológica — a apologia do pequeno ou até de um certo subjetivismo — se ampara na economia política e não na filosofia ou qualquer apreciação de fundo ético ou moral. Tudo isso parecendo revelar uma necessidade primordial: enfrentar, primeiro, os populistas, ou seja, o *passadismo* ideológico, assim como ele via assentar-se no debate agrário, além de, ao mesmo tempo, procurar, com isto, refazer o itinerário das mudanças através de um novo espírito aliancista, e da análise das condições de possibilidade — numa paródia kantiana — da revolução socialista.

Os debates sobre o que veio a se convencionar como *questão agrária* tenderam a centrar-se geralmente em duas de suas principais dimensões, a econômica e a social (sintomaticamente as mais problemáticas), muito raramente apresentando desdobramentos próprios. Quase ninguém a assumiu como uma questão imanente, que brotasse de seu próprio interior e se projetasse, de algum modo, autonomamente. Não somente na Rússia, mas, como viria a se verificar posteriormente, em outras realidades, quando emerge, ela o faz sempre como uma questão para os outros, de maneira claramente subordina-

da. Não por acaso, sua irrupção só ocorrerá de fato mais modernamente e naqueles países cujo estágio de industrialização ainda era muito incipiente, onde, exatamente, a agricultura teria se revelado incapaz de exercer algumas de suas funções necessárias ao ciclo de reprodução social do capital.

Foi geralmente assim que passou a ser encarada: faria parte de seus atributos gerar excedentes de mão de obra e fornecer matérias-primas para os setores urbanos industriais, produzir saldos comerciais ou divisas necessárias à importação de equipamentos e atuar como mercado para bens industriais, de consumo ou de capitais. Estas as suas funções fundamentais. Uma questão agrária só se manifestava, ou se tornava real, quando a agricultura não conseguia exercer suas funções — ou aquelas funções destinadas à agricultura no capitalismo — devidamente, daí porque sua resolução implicava imperiosamente na necessidade de liberar forças produtivas. O pressuposto era sempre este, já que, se não acompanhava o ritmo acelerado do avanço industrial, a agricultura podia se opor ao pleno desenvolvimento do capital. Havia sempre a ameaça de que viesse a se transformar numa cunha problemática, ou num entrave, numa herança que podia funcionar como obstáculo ao processo de mudança estrutural.

Resolver a questão agrária tinha o mesmo sentido, como afirmaria Américo Nunes, referindo-se ao caso específico da Revolução Mexicana de 1910, de *“liberar a força de trabalho através do estabelecimento do salário real e criar uma burguesia dinâmica, capaz de investir produtivamente”* (Nunes, 1975: 12). Mas, ainda em consideração ao que diria esse mesmo autor, numa demonstração das afinidades com o que já havia defendido o próprio Lênin em outro contexto, como necessidade *“da estruturação do capital enquanto modo de produção, através de um processo descontínuo, conflitante: a dialética da Revolução”* (ibidem).

Deste ponto de vista — da natureza econômica e social da questão agrária —, Lênin talvez tenha sido, no caso, aquele que mais precisamente procurou vinculá-la a essa “dialética da revolução”, que teria reconhecido sua solução como não apenas uma necessidade da burguesia, ou que não pretendeu deixá-la no meio do caminho (a exemplo do ocorrido no próprio episódio latino-americano), assumindo-a, mais do que uma problemática de natureza exclusivamente sócio-econômica, como uma questão fundamentalmente política de ordem cultural. A partir de seus primeiros intentos intelectuais é que, pela primeira vez, tal discussão passa a ser abertamente descolada das necessidades exclusivas de uma revolução burguesa e de nela se esgotar como perspec-

tiva. Com ele, o atraso da agricultura foi deixando de se confundir com a noção de obstáculo ao desenvolvimento, assim como, de forma muitas vezes oportunista, seria ou passaria a ser encarado por alguns de seus contemporâneos, descartando a tendência dominante de tomar a questão agrária como uma mera “questão para o capitalismo”.

Nada lhe parecia mais incoerente do que tal posição num momento em que o capitalismo já avançara sobre todos os setores da economia e da sociedade e condicionara, de certo modo, quase todos os seus processos de reprodução social, tornando claras as contradições entre capitalistas e a grande massa que se proletarizava em consequência dessa expansão. Sua crítica não partia de esquemas gerais. Suas referências diziam respeito à Rússia, país assumido amplamente como paradigmático pelo seu atraso relativo em relação às nações mais desenvolvidas do mundo capitalista, posição da qual ele mesmo não se afastava, ainda que se recusasse a aceitar abertamente todas as suas consequências. Mesmo admitindo que esse atraso era real e, mais ainda, suas bases fundamentalmente rurais, nada justificava, por exemplo, seu enquadramento no campo das possíveis *exceções*, ou dos casos especiais, como alguns insistiam em afirmar. Sua imersão na questão agrária russa leva-o, bem ao contrário, a tomar essa característica como uma confirmação de que nada podia excluí-la de uma tendência mais geral (independente de qual fosse a forma específica) à integração ao modo de produção capitalista, em particular à sua faceta mais tipicamente industrializante.

O estágio de desenvolvimento na agricultura não podia contribuir para deter o avanço do capital industrial e, conseqüentemente, do capitalismo no país, nem seria possível emergir da agricultura qualquer forma nova de sociabilidade, indiferente ao que acontecia no âmbito das relações sociais predominantes. Aqui parece ficar bastante clara a opção de conferir prioridade ao desenvolvimento das forças produtivas para que se concretize a “dialética do capital”. Neste raciocínio, as relações sociais não funcionam como limite ou restrição. Muito além de qualquer apego às necessidades de puro e simples ajuste de suas condições às demandas do capital, o eixo da questão agrária perpassa fundamentalmente a compreensão da sua natureza de classe, em decorrência das mudanças já em curso e configuradas no avanço do próprio capital e nas novas relações sociais. Este o ponto de partida para a transição efetiva. Para Lênin, o importante era deixar brotar as novas relações e não impedi-las, como defendiam ardorosamente algumas tendências intelectuais e políticas.

3. OCIDENTE OU ORIENTE: UM INCERTO NORTEAMENTO

Numa analogia forçada de sua trajetória com a do próprio Marx, poder-se-ia afirmar que, enquanto este teria centrado suas prioridades nos desdobramentos de classe de um capitalismo avançado como o inglês, generalizando-os como crítica da economia política, Lênin teria se voltado prioritariamente para um capitalismo atrasado ou retardatário, ainda que não menos capitalista, mas com as mesmas preocupações. Lênin foi decididamente um estudioso da Rússia, como teria sido Antonio Gramsci da sua Itália, ambos dedicados às suas realidades, mas sem qualquer particularismo, buscando no particular os caminhos para a própria universalização. Nem um nem outro jamais absolutizaram o particular, mesmo que nunca tenham realizado qualquer esforço para subestimá-lo, ou simplesmente diluí-lo no geral.

Nesse afã, nas obras típicas da fase de construção teórica dos seus argumentos (**Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra os social-democratas**, de 1894, **Crítica ao romanticismo na economia**, de 1897, **Sobre a questão dos mercados** ou **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**, de 1899), Lênin se esmera nos estudo dos fatos russos, investigando-os não para confirmar posições previamente definidas mas para servir de base às hipóteses críticas elaboradas. Se desde o início desconfia da impossibilidade de uma opção entre *desenvolvimento capitalista* e *produção popular*, não simplesmente rejeita uma ou outra posição. Ao contrário, procura os elementos teóricos que possam dar conta dessa sua rejeição, não nos manuais, mas na realidade concreta.

Não constrói argumentos a partir de desejos, nem mesmo quando se sente comovido pela miséria que vê; muito menos se contenta em ser um mero ou privilegiado observador. Em relação à questão agrária como a outras, nunca se satisfaz, a exemplo dos mais distintos utópicos do socialismo, com o julgamento negativo do capitalismo, com acusações piedosas ao seu caráter anti-social ou a uma pretensa desumanidade de seus principais agentes, fossem eles médios ou grandes produtores rurais, industriais, banqueiros etc⁴. Utiliza critérios de avaliação bastante objetivos e comprometidos, evitando fazer qualquer concessão a uma sociologia subjetiva, predominante entre os

4. *Difícilmente faria coro, nos dias atuais, às alternativas propostas pelos defensores de um capitalismo mais humano, a exemplo daquelas saídas de alguns dos defensores mais ferrenhos de uma Economia Solidária ou das vertentes mais acanhadas de um Terceiro Setor social (não-socialista, deve ser ressaltado).*

seus opositores populistas. Deixava sempre de lado o lamento ou as posturas defensivas e buscava as leis (num sentido não-positivista) que moviam o funcionamento do capital num país atrasado, com rigor mas com a impaciência própria da urgência de uma necessidade: a revolução como tomada do poder, assim como a entendia e procurava justificar.

Nunca se detinha, como prioridade, no diagnóstico. Não era mesmo um *acadêmico*, no sentido mais pejorativo que se costuma conferir ao termo. Diagnosticar não era o fim mas um meio para a construção de uma alternativa que pudesse dar cabo de um problema. Mas, se não mantinha, certamente, qualquer compromisso com certos vícios acadêmicos, tampouco desprezava ou perdia de vista o rigor analítico-crítico. Sequer os seus trabalhos de divulgação política, cujo tom era por vezes panfletário, deixaram de revelar o quanto o autor primava pelo rigor e pela honestidade intelectual na sua construção, jamais fazendo concessão à mediocridade.

Via de regra, as questões que levantava eram engajadas, o real concreto se revelava no seu pensamento a cada momento em que escrevia ou lutava. À questão agrária, naquela conjuntura histórica, buscou responder com os mesmos critérios que utilizaria em qualquer momento de sua vida: com rigor e dedicação à causa⁵. Quando perguntava, por exemplo, como se inseria a problemática agrária naquele momento de avanço do capitalismo, não o fazia por mera curiosidade intelectual mas já ambicionando responder a um outro questionamento, como parte de um embate que se subordinava às necessidades de fazer avançar o processo revolucionário.

Os populistas de então encaravam a questão agrária de um modo muito peculiar, defendendo a penetração do capitalismo no campo como amplamente nociva pela redução que promovia nos espaços de sua própria reprodução; mais concretamente, por suas repercussões negativas sobre o crescimento dos mercados. Através de suas principais representações, de V. P. Vorontsov a Nikolai F. Danielson, eles viam na insuficiência do mercado interno uma trava imposta à expansão do capitalismo, uma demonstração da sua inviabilidade⁶. As razões seriam assim sintetizadas, mais especificamen-

5. *Esse critério de cientificidade positivista jamais afetou a sua produção. Nada o distanciava de seu objeto, como é de praxe em pesquisas acadêmicas que se querem tomar por científicas e não valorativas.*

6. *Vorontsov (1847-1918) foi um dos ideólogos do populismo liberal dos anos 1880-1890. Também populista liberal, Danielson (1844-1918) foi um importante intelectual socialista russo e o primeiro tradutor de O Capital para o russo (Nota da Redação).*

te, por Rosa Luxemburg⁷ (1970): (i) pelo fato do consumo da classe operária tornar-se cada vez menos importante no consumo nacional em razão do crescimento menos do que proporcional dos salários em relação à mais-valia absoluta; (ii) em razão da substituição da economia natural pela economia mercantil, que retira dos camponeses parcela de suas rendas; (iii) em função do consumo capitalista não crescer o suficiente para compensar a queda do consumo global e (iv) pelo fato do capitalista tender a retirar parte crescente da mais-valia para expandir a capacidade produtiva existente.

Eles procuravam, no fundo, demonstrar (mais subjetiva que objetivamente) que, na Rússia, as realidades sociais específicas, não somente a queda de consumo como a tradição coletivista do campesinato, através de seus *artéis*⁸ e outras formas de organização comunitária, tendiam a tornar, no mínimo, peculiar a sua situação. Melhor dizendo, que a destruição dessas formas organizativas poderia inviabilizar, ao mesmo tempo, não somente o capitalismo como o próprio socialismo, ou, pelo menos, tornar essa passagem mais dramática do que teria sido a transição em outras realidades estruturais mais avançadas. Do ponto de vista teórico, parecia claro para os populistas que a destruição das comunidades direcionava o país para uma estagnação, por seus reflexos sobre a retração do consumo, reiterando aquilo que viria a ser a mais insistente posição.

De acordo com esta concepção, mercê de sua tradição organizativa e de suas relações sociais de base comunitária, a Rússia simbolizava um caso especial no qual podia transitar-se diretamente para o socialismo, sem ter que necessariamente passar pelas violentas formas de institucionalização do capital. Apresentavam, assim, como condição de possibilidade para o avanço até formas de sociabilidade mais avançadas, as relações sociais já dominantes no campo, não uma ruptura com estas, como defendido por Lênin, entre outros marxistas. Aliás, tais discordâncias é que levariam nosso autor a efetuar suas primeiras e já profundas incursões no campo de um marxismo que procurava gradativamente apresentar uma cara própria.

7. *Teórica marxista e revolucionária alemã de origem polonesa, Rosa Luxemburg (1870-1919) participou da revolta espartaquista na Alemanha e foi assassinada em 1919 (Nota da Redação).*

8. *Na Rússia antiga, e depois na URSS, as sociedades cooperativas de produção nas quais a propriedade era de coletividades ou de associações de trabalhadores, artesãos ou agricultores (Nota da Redação).*

As origens desse debate antecederiam o próprio Lênin. Em sua extensa e longa correspondência mantida com Marx, inicialmente, e com Engels, posteriormente, Danielson procurara desenvolver argumentos ou buscar apoio intelectual para seu declarado apoio à *excepcionalidade* do caso russo, encontrando em ambos, mas sobretudo em Marx, um grande respeito teórico, a julgar, pelo menos, pelo tempo dedicado à troca de opiniões. Por sua vez, Lênin só irá se introduzir nesta discussão bem posteriormente, e já o fazendo sem a consideração demonstrada pelos seus mestres, através de argumentos críticos que procuram o tempo inteiro desmontar toda justificativa apresentada como imprecisa e idealista.

Seus primeiros estudos já o levavam, de certo modo, a trafegar na contramão daquilo que parecia soar como um quase consenso entre os populistas em geral, qual seja, que a penetração do capital no campo podia significar uma ruptura com certa tradição organizativa e comprometer a própria construção de um modelo alternativo⁹. Para os populistas, nada parecia mais convincente: a desarticulação da pequena produção camponesa redundaria necessariamente no estreitamento dos mercados, em face de uma possível queda de consumo, não somente de produtos agrícolas como de produtos industriais. Ora, parecia inquestionável para eles que o capitalismo não podia desenvolver-se sem um grande mercado consumidor. Eis como a problemática era posta pelos populistas, numa citação de Lênin, em **Sobre a questão dos mercados**, diante da questão de se era possível o desenvolvimento integral do capitalismo na Rússia quando a massa do povo era pobre e se empobrecia cada vez mais:

Com efeito — afirmavam —, para o desenvolvimento do capitalismo é necessário um vasto mercado interno. A ruína dos camponeses mina esse mercado, ameaça provocar seu fechamento completo e impedir que se organizem os ordenamentos capitalistas. Certamente, diz-se que, transformando em mercantil a economia natural de nossos produtores diretos, no capitalismo se cria com isso mesmo um mercado. Mas, acaso é concebível que com os míseros resíduos da economia natural possa desenvolver-se aqui, entre camponeses semipobres, a potente produção capitalista que vemos no ocidente? Acaso não está claro que, já devido ao empobrecimento da massa,

9. Para uma apreciação melhor das argumentações de Danielson nas suas correspondências com Marx e Engels, ver Aricó (1981).

nosso capitalismo representa algo impotente e sem fundamento, incapaz de abarcar toda a produção do país e converter-se na base de nossa economia social?

Tudo parecia se resumir ao que havia sido anteriormente propugnado pelo historiador e economista suíço Simonde de Sismondi (1773-1842) acerca da problemática: toda a produção devia corresponder ao consumo ou que a produção era determinada pela renda; que toda a produção da sociedade capitalista constava de duas partes, a dos operários (ou salários) e a dos capitalistas (ou mais-valia), e tão somente destas. Lênin rejeita essa tese, baseando-se, fundamentalmente, na contribuição marxiana, segundo a qual, no capitalismo, a produção não seguia necessariamente o consumo, como queriam Sismondi e os populistas. Via nestas posturas um grande e profundo equívoco.

Na crítica que efetua às posições sismondianas, parte dos esquemas de reprodução marxianos para demonstrar o quanto seria equivocada uma concepção que se limitava a apontar a inviabilidade do modelo de acumulação capitalista. Numa síntese das posições defendidas por Lênin no seu confronto com o economista suíço, Cerroni afirma que todo esse aludido

equívoco decorreria da utilização acrítica das teses smithianas sobre a renda pelo próprio Sismondi, ao concluir que toda a produção deve corresponder ao consumo, da identificação da renda com a produção e da identificação da realização com o consumo individual (Lênin, s.d.: 88)

Ainda segundo Cerroni, Lênin assinala que “a teoria de Sismondi sobre a crise (...) se conhece na ciência econômica como o modelo que procura deduzi-la do subconsumo” (idem: 89), contra o qual lança seus mais rígidos contra-argumentos, mais próximos, para alguns, de uma leitura ricardiana do que marxista¹⁰. Mas, a rigor, Lênin não descarta o impacto negativo da queda do consumo sobre a acumulação, apenas não aceita que esta seja uma limitação absoluta à continuidade reprodutiva sistêmica. Para ele, todo o erro estava concentrado na desconsideração do papel do capital constante no processo de realização dinâmica. Partia de **O Capital**:

¹⁰. Nesse debate de Lênin com Sismondi, Paul Zarembka (2003) vê resquícios de uma postura ricardiana do autor; considerado como um economista da produção.

Na sociedade capitalista — dizia Marx —, a produção dos meios de produção cresce mais rapidamente do que a produção dos meios de consumo, porque a sociedade capitalista emprega uma parte maior (...) de seu trabalho anual disponível na produção de meios de produção (ou seja, de capital constante), que não podem ser resolvidos em rendas, nem na forma salário, nem em mais-valia, que só podem operar como capital (Marx, 1971)

Deste ponto de vista, a tese populista, baseada nos argumentos sismondistas, se tornava totalmente insustentável. Em relação à *excepcionalidade*, então, mais ainda: de igual modo, esta se torna amplamente irreconhecível e inaceitável, mesmo que para isto tenha tido que se defrontar com anteriores posturas dos pais fundadores do marxismo, em especial Marx, nem sempre tão resolutivo em relação a este último aspecto.

Quando em correspondência mantida, inicialmente com Marx, posteriormente com Engels, Danielson questionava a necessidade de se ter que passar por uma etapa capitalista para que fosse alcançado finalmente o socialismo, ele estava sendo muito claro: não conseguia enxergar essa necessidade como inevitável. Ou seja, não estava negando o argumento em si mas sua aplicação a um caso que considerava muito específico, o caso russo. Não via como e porque tivesse que se repetir, neste caso, o mesmo sofrimento dos trabalhadores e dos produtores rurais expropriados de suas terras nos países que já haviam atingido um estágio mais avançado de desenvolvimento. A pergunta refletia uma certa angústia: seria necessária mesmo uma ruptura com certo padrão organizativo baseado nas comunas tradicionais para que se avançasse até ao capitalismo, e daí ao socialismo, considerando que nas próprias comunas residiam, de certo modo, os primórdios fundamentais de uma sociabilidade mais avançada?

Apesar de toda a carga de resistência, não teria sido muito fácil para Lênin enfrentar essa problemática. Bem antes dele, o próprio Marx vacilara quando submetido ao mesmo questionamento pela socialista russa Vera Zasulich (1849-1919), a qual, através de uma carta, o inquirira sobre os caminhos para o socialismo em sociedades não completamente capitalistas como a Rússia. Segundo alguns de seus comentadores, Marx teria rasgado algumas das cartas que efetuara antes de dar uma resposta definitiva à militante russa, às voltas então com o dilema entre ser populista e ser marxista. Mas, enfim, quando o fez, refletiu essa dúvida bem ao estilo da dialética revolucionária que professava sem amadorismo: poderia, sim, transitar-se para

o socialismo sem necessariamente passar pelas “dores do parto” do capitalismo, desde que — e esse detalhe é importante — ocorresse nesse mesmo período uma revolução nas zonas centrais do capitalismo. A clareza era fenomenal: nenhuma revolução, assim parecia querer dizer o missivista Marx, se sustentaria em bases exclusivamente nacionais, nem mesmo formas de resistência comunitárias por mais avançadas que fossem estas, como imaginavam as correntes populistas.

Isto no caso de Marx, pois, logo após, Engels não demonstra tanta incerteza. Em correspondência com o próprio Danielson, ele se mostra bem mais incisivo e não concorda que uma transição como a imaginada pelos populistas fosse viável em qualquer hipótese. Na sua opinião, seria totalmente impossível transitar direto da comuna agrária para o socialismo, relevando a etapa capitalista como uma necessidade para a própria revolução social. Afirma de forma não somente enfática mas taxativa que o socialismo não se coadunava com retornos imaginados ou reais, como parecia aspirar seus correspondentes. O enfoque era bem outro: o capitalismo era inevitável nas circunstâncias russas e a comuna não poderia ser tomada ali como uma prefiguração do ideal socialista e, assim como entendia, nada podia evitar o seu desaparecimento (considerado, inclusive, uma condição para a própria revolução).

No debate que trava sobre a questão agrária na Rússia, mais especificamente sobre a sua *excepcionalidade*, há, portanto, muito mais um reflexo da postura engelsiana do que a marxiana. Se Marx parece ter vacilado em relação ao futuro da comuna russa, Lênin não, seguindo claramente as pistas deixadas por Engels, o que não significa tomá-lo como um seguidor contumaz das teses defendidas por ocidentalistas russos, muito em voga na sua época: aqueles que, em defesa de uma certa pureza marxista, insistiam, muitas vezes lado a lado com Lênin, na necessidade de uma passagem intermediária até à construção socialista. As diferenças, no entanto, são notórias. Lênin, como Engels, era afirmativo. Suas posições o encaminhavam para o leito comum daqueles que acreditavam na necessidade de avançar até formas capitalistas tendo em vista uma aceleração da ruptura. Supunha que quanto mais fossem estas retardadas mais difícil seria a concretização do seu objetivo maior, a revolução social. Desse modo, ele não deixa de se aproximar dos ocidentalistas, mesmo que nunca tenha confundido a revolução com gradualismo, ou seja, com passos graduais do capitalismo ao socialismo,

assim como defendiam outros representantes do populismo, a exemplo de Plekhanov, ou *marxistas legais*, como Struve¹¹.

Em relação à questão agrária, o ponto fundamental era o seguinte: para Lênin, o capitalismo já havia sido implantado no campo. Essa questão se reduzia, na Rússia, pois, ao plano das alianças possíveis entre o proletariado urbano e as classes rurais. Portanto, tratava-se no imediato de descobrir, no processo de diferenciação de classes resultante da penetração do capital, quais as mais propensas a uma aliança que não só desse conta da necessidade revolucionária como também de sua sustentação futura, uma vez conquistado o poder. Não havia, conseqüentemente, para ele, uma “questão agrária” como a que vinha se configurando, até no âmbito do marxismo, como o conjunto de obstáculos a serem ultrapassados para que um capitalismo agrário se concretizasse.

Lênin rechaçava esse argumento, tomando-o como uma tergiversação oportunista. Por outro lado, rejeitava qualquer premissa que identificasse o caso russo como uma *excepcionalidade*. Para ele, o campo não podia — nem devia, a rigor — ser preservado dessa avalanche capitalista, como acreditavam ser possível os populistas, para quem nem mesmo se tratava de ser ou não capitalista o campo russo, mas sim de que este não deveria, de qualquer maneira, se tornar uma presa dos seus mais violentos mecanismos de dominação. Contudo, se isto decerto colocava Lênin no campo oposto aos mais afeitos à tradição populista, como situá-lo, porém, na sua relação com ocidentistas mais ortodoxos. O que o diferenciava mais concretamente dessa importante corrente?

4. A QUESTÃO AGRÁRIA E O OCIDENTALISMO: QUESTÃO CULTURAL?

Uma resposta a esse aspecto demanda, pelo menos, uma outra reflexão: como a questão agrária veio a ser considerada ponto de referência para a análise das estratégias de transformação, a partir da sua vinculação a uma outra problemática de natureza essencialmente cultural. Em Lênin, ela se configura praticamente como uma questão de ordem cultural, ainda que esta sua definição não o aproxime das distintas postulações da cultura como

11. O “marxismo legal” era uma corrente meramente intelectual que enxergava em Marx nada mais do que uma fonte de reflexão, nunca considerando sua teoria como uma arma na luta pela transformação radical da sociedade. Seria o equivalente atual de um marxismo acadêmico, asséptico e neutral cientificamente. Sobre Plekhanov e Struve, ver Nota 3 supra.

idealização de uma resistência. Para ele, não há espaços para resistências, ainda mais para resistências culturais. O romantismo dos populistas se deve a certo apego a um passado idealizado e, segundo Lênin, qualquer retorno nesse sentido não passaria de puro anacronismo.

Ao lado de sua insistente negativa em considerar a questão agrária como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo ou a *excepcionalidade* do caso russo como efetiva, é dupla a posição assumida por Lênin em relação ao campo russo. Para ele, não só era inútil resistir à penetração do capitalismo como impedir o alastramento da barbárie no campo, apoiando-se apenas nas lutas de resistência camponesa, em defesa de antigas relações comunitárias. Nada disto poderia evitar que se revelasse, em qualquer tempo, os rigores do primitivismo, quer na forma das antigas servidões, quer na de um capitalismo moderno¹². Ele estava se referindo ao caso russo, mas essa visão poderia se estender, sem dúvida, a qualquer outro espaço onde a acumulação de capital estivesse se processando.

O rural foi todo o tempo para Lênin uma expressão do atraso e, no caso concreto a que se referia, a face mais hedionda da barbárie russa. O capitalismo não criou a barbárie mas contribuiu para aprofundá-la, reproduzindo-se de forma ampliada e sem qualquer contemplação a especificidades setoriais. Ele não a gerou, portanto, ainda que se tenha valido de relações sociais já existentes, não-capitalistas, para ampliar sua dominação, nem sempre de forma civilizada. Para Lênin, não era correta a defesa populista de que se podia contornar a força dessa barbárie capitalista reduzindo o ímpeto do capital ou limitando suas ações periféricas. Muito menos aceitando, como os modernos ocidentais, que sua penetração, pura e simplesmente, em todos os âmbitos da atividade, seria capaz de modernizar ou civilizar as antigas relações sociais. O capitalismo agudiza as barbáries decorrentes de formas de opressão e exploração pretéritas. Nenhuma resistência cultural seria capaz de contê-lo, nem seus efeitos civilizadores poderiam redundar em saltos qualitativos, distante de uma solução da questão hegemônica. Sua posição era bem precisa: só o socialismo poderia deter esse barbarismo, daí porque a premissa fundamental era a derrubada do sistema de dominação do capital. Fora disto, não havia alternativa.

12. Não seria o retorno do trabalho escravo nas áreas mais avançadas do capitalismo agrário no Brasil, mas também nos Estados Unidos, sobretudo nos âmbitos mais sensíveis à emigração da força de trabalho vinda do sul do continente, uma confirmação parcial dessa afirmativa?

No entanto, isto não significava conter o capitalismo, impedi-lo pelo menos até que este exercesse seus efeitos civilizadores. Era preciso que este fosse cultivado até os limites de sua maturidade, quando seria possível derrubá-lo como uma planta totalmente inútil. Assim como colocada, mais do que paradoxal, a questão era no mínimo perturbadora, tanto mais porque, ainda que alertando para a necessidade de uma hegemonia do proletariado na revolução, mesmo esta não deixava de soar como uma simples apropriação civilizatória, se tomado ao pé da letra algumas de suas insinuações. O fato é que, para ele, a revolução não podia prescindir da elevação cultural do campesinato, retirando-o das teias de sujeição capitalista. Este era o sentido maior da aliança operário-camponesa, assim como a via enquanto uma necessidade.

Mas nada disto era tão simples assim. Elevar o nível cultural era também, ou sobretudo, conduzi-lo ao patamar já atingido ou presumido pelos trabalhadores/produtores europeus ocidentais. Essa postura já se esboçava nas suas primeiras incursões teóricas de juventude e irá amadurecer durante todo o período de construção revolucionária, com mais ênfase ainda durante a Nova Política Econômica (NEP), nos anos 20 do século passado. Até finais do século XIX era explícita a demonstração de concordância de Lênin com concepções evolucionistas do tipo kautskiano, pelo menos no Karl Kautsky (1854-1938) de **A questão agrária** (1899). Em **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**, ou mesmo em **O desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos**, não se verifica, bem pelo contrário, qualquer sinal de rejeição a essa influência. Tanto para um como para o outro nada parecia ser capaz de impedir o avanço do capital e as diferenciações de classe daí decorrentes. O capitalismo necessitava revolucionar as forças produtivas para, só depois, sofrer os efeitos dessa mesma transformação.

Esses resquícios vão ser encontrados, de forma mais diluída talvez, no **Programa agrário da Revolução**, elaborado por volta de 1905. Ali, referindo-se às vias do desenvolvimento do capitalismo no campo, Lênin contextualizava claramente essa possibilidade, ao afirmar que tanto a via prussiana quanto a democrática — as vias para o desenvolvimento do capitalismo no campo — se encaminhavam para uma mesma direção. Se eram distintas em termos de forma, não o eram em termos de perspectivas: o capitalismo era o destino e a finalidade. Se o capitalismo, qualquer que fosse a via perseguida, não passava de uma resultante, somente o atraso dos trabalhadores/produtores rurais poderia claramente comprometer uma alian-

ça operário-camponesa que procurasse dar cabo das formas mais modernas de dominação do capital.

Tal atraso era cultural. Só muito tardiamente essa questão foi aventada, ainda que Lênin já a tivesse abordado, ou, pelo menos, sugerido, em vários momentos de sua produção. Nos embates com populistas, marxistas legais ou plekhanovistas nada disso ainda transpirava como preocupação maior de ordem teórica ou prática. A necessidade de uma revolução cultural no campo só se tornou uma necessidade de fato após a derrota do czarismo, a partir de quando assumiu uma dimensão bem mais ampla de necessidade política.

O que teria sido para Lênin essa revolução cultural? Muito pouco mais, provavelmente, do que ele já havia propugnando como a urgente necessidade de superar o atraso dos camponeses russos em relação aos seus similares europeus. O que teria pretendido, em termos concretos, com essa superação, ficava bastante claro em algumas de suas postulações. O intuito parecia ser o de adaptar-se, assimilar um universo cultural já constituído, assim como defendiam os ocidentalistas mais ortodoxos. Ora, Lênin não era, a rigor, um ocidentalista, se por ocidentalista se entender a aceitação em princípio do capitalismo europeu (em que pese ver com bons olhos a aproximação da Rússia ao modelo cultural europeu). A visão de uma Rússia bárbara se originava em grande parte de sua preponderância rural. Lênin abominava essa ignorância e se pautava numa certa visão de cultura como uma herança que o capitalismo poderia até estar destruindo, mas que devia ser restaurada. Assim como veio a se pronunciar no VIIº Congresso do PCR(b), em 1918:

Não importa até que ponto tenha sido destruída a cultura, esta não poderá ser apagada da história; será difícil restaurá-la, mas nenhuma destruição poderá lograr o seu completo desaparecimento. Alguma parte dela, alguns restos materiais dessa cultura, serão indestrutíveis; as dificuldades estarão só em restaurá-las

A ambigüidade não deixar de permear a afirmação. Mesmo que nem sempre fique muito claro, como dirá Carmem Claudin-Urongo (1978: 23), seu modelo civilizatório por excelência descende das sociedades industriais ocidentais. Ainda assim, ele tem o cuidado de separar aquilo que denomina civilização capitalista da política capitalista, desvinculando suas relações orgânicas, como se uma pudesse ser aproveitada ao mesmo tempo em que se combatia a outra. Não aprofundaremos aqui estes aspectos relacionados ao que seria sua

visão cultural. De qualquer maneira, em vários de seus trabalhos, sobretudo naqueles mais orientados para a prática política, é bastante nítida a enorme influência desse ocidentalismo cultural como contrapartida da rejeição à abominada tradição bárbara. Em “Mais vale pouco e bom”, de 1923, por exemplo, chega a afirmar que

para começar, nos conformaríamos com uma verdadeira cultura burguesa; poderíamos prescindir dos tipos mais tradicionais da cultura pré-burguesa, ou seja, da cultura burocrática ou feudal etc. (Lênin, 1979: 268)

Esse ocidentalismo também se faz notar quando ele ressalta a importância do cooperativismo, já durante a NEP, momento no qual suas atenções se voltam para o que entende como a necessidade de renovação cultural, aqui se revelando, no nosso ponto de vista, um dos aspectos mais problemáticos dessa sua aproximação com a cultura como aquisição de um saber. Nos embates com os membros do *Proletkult*¹³, Lênin chegara a demonstrar inclusive uma certa irritação com os esforços voltados para a construção de uma cultura proletária. Ora, para ele não havia cultura proletária. Mais do que uma birra como uma provável influência de Aleksandr Bogdanov (1873-1928)¹⁴ sobre o movimento operário, parece haver de fato uma convicção.

Na defesa que faz de uma renovação cultural, e referindo-se mais especificamente ao campesinato, é insistente a defesa que efetua da organização como uma maneira de atingir um novo estágio civilizatório. Mas não se trata de organização de uma cultura nova. Não por acaso, defende a concessão de prêmios a camponeses que se dispusessem a participar de uma cooperativa, vendo nessa participação o fermento do novo, daí ser preciso incentivá-la de qualquer maneira. A não participação nas organizações era tida como um problema, porque, como ele mesmo diz,

resta-nos pouco a fazer do ponto de vista de um europeu civilizado (antes de mais nada, que saiba ler e escrever) para que a população

13. Abreviatura de “Proletarskaia Kultura” (expressão que significa “cultura operária”), trata-se do movimento russo surgido em 1917 com o objetivo de propagar uma cultura de origem proletária que viesse dos próprios operários, rompendo totalmente com o passado artístico. Combatido por Lênin e Trotski por propugnar a independência face ao Partido e ao Estado, foi transformado em organismo auxiliar do Commissariado do Povo para a Instrução Pública a partir de 1920, perdendo seguidamente força e influência até se extinguir completamente em 1932 (Nota da Redação).

14. Filósofo e político idealista russo e um dos instigadores do *Proletkult*, deixou o POSDR em 1928 (Nota da Redação).

inteira participe, não de maneira passiva mas ativa, nas operações da cooperativa. Propriamente falando, falta-nos apenas uma coisa: elevar nossa população a tal grau de civilização que compreenda todas as vantagens da participação de todos nas cooperativas, e que organize essa participação. Apenas isto (Lênin, 1979a: 263)

Cabia, então, como tarefa, saber combinar o entusiasmo revolucionário à habilidade de um mercador. Era a ausência destas qualidades que se configurava, para ele, como uma questão. Mas o que significava isso? Como sempre, ele era preciso e direto:

Por habilidade de um mercador entendo a habilidade de ser um mercador culto. Que o lembrem bem os russos, ou simplesmente os camponeses, que acreditam que porque comerciam já sabem ser comerciantes. Isto é completamente falso. Comerciam, mas daí a saber ser um bom comerciante culto há muita distância. Agora comerciam em estilo asiático, enquanto que, para saber ser comerciante, deve-se comerciar em estilo europeu. E disto os separa toda uma época (idem: 264)

Procurava, assim, manter-se coerente com tudo aquilo que vinha propondo desde que resolveu estudar a Rússia e atuar revolucionariamente; melhor dizendo, desde que se dirigiu criticamente aos populistas e passou a se contrapor ao que considerava utopias regressivas, preferindo partir da realidade concreta, das classes e dos conflitos, do capital e de suas leis de movimento.

Não teria sido casual sua dedicação aos estudos agrários, já que, indubitavelmente, parecia-lhe residir no campo o cerne de uma problemática com que se defrontaria a sociedade e a chave do seu futuro: a conformação das classes que consolidariam a aliança operário-camponesa. Se não existia uma questão agrária na Rússia, se por isso se tomasse um conjunto de obstáculos colocados no caminho da expansão do capital neste âmbito setorial, resolvê-la não poderia ter tão-somente esse objetivo de abrir espaços para uma penetração maior das forças dinâmicas do capital, como pretendiam os mais ocidentalistas. Muito menos ainda poderia se confundir com possíveis impedimentos para que o capital ampliasse seus tentáculos ao campo, como queriam os populistas, atitude que só poderia redundar na inútil constituição de certas utopias impossíveis, além de retrógradas, no seu modo de ver.

5. REFLEXÕES FINAIS

Nas posturas de Lênin, além de seu ardor revolucionário é natural que sejam realçadas algumas ambigüidades, muito próprias de quem lutou por mudanças num quadro profundamente desfavorável, seja do ponto de vista interno da conformação e das alianças de classe, seja sob a ótica das relações de poder internacionais. Falar de erros ou equívocos do autor seria, no mínimo, uma hipocrisia a esta altura. Quem não errou? Lógico, quem nada fez ou não lutou, quem nunca se dedicou a um ideal.

A partir do momento em que resolveu desmontar as ilusões populistas disseminadas entre amplos estratos sociais de uma certa pequena burguesia intelectual, o diálogo com o marxismo clássico passou a ser uma constante. Lênin não era um marxólogo nem perdia tempo com sonhos infundados. Sua objetividade o levava ao extremo da crítica, sem conciliações ou conciliando apenas quando achava taticamente necessário. Nunca foi, no entanto, um contemporizador: a radicalidade foi sua marca mais característica. Desde o início se debruçou sobre a dialética do capital tendo em vista superá-lo como modo de produção e dessa quase obsessão de uma vida talvez decorresse a impaciência demonstrada com todos aqueles que via como defensores de um regressivismo utópico, a exemplo dos populistas da *Vontade do Povo*¹⁵, e, um pouco mais tarde, com o utopismo burguês dos Plekhanov e de tudo aquilo que viria posteriormente a se configurar como *menchevismo*¹⁶.

Como Marx em **Sobre o colonialismo**, Lênin também chega a ver com *bons olhos* a penetração do capital no campo. Mas esses *bons olhos* nunca limitam sua disposição ou capacidade crítica. Em nenhum momento trata do capital como mola propulsora do progresso. Recorrendo permanentemente à dialética, assim como o fizera Marx ao analisar as repercussões da ofensiva colonial inglesa na Índia, procurou ver os dois lados desse progressismo, recusando-se a aceitar qualquer linearidade nos processos históricos. Nos campos da Rússia, o capital contribuía para criar, de fato, condições para o desenvolvimento das forças produtivas e alterar os mecanismos de sua reprodução. Com isto, porém, também colaborava na gestação das classes que

15. Em russo, *Naródniaia Vólia*, era uma associação política secreta de caráter populista utópico surgida em 1879 e que enfrentou combativamente a autocracia, inclusive com atos terroristas, tendo sido aniquilada após a execução do czar Alexandre II, em 1881 (Nota da Redação).

16. Corrente do POSDR adversária de Lênin e dos bolcheviques desde 1903, divergiu da Revolução de Outubro de 1917 e terminou suprimida entre 1918 e 1921 (Nota da Redação).

potencialmente a ele se oporiam ou que poderiam futuramente destruí-lo como modo de produção ou ideologia. Utiliza, portanto, a dialética marxiana, assentada na negação crítica, à qual se mantém fiel por toda a vida.

Suas divergências com as correntes mencheviques partem deste ponto básico, já que eles não se utilizavam da dialética marxiana, limitando-se ao acompanhamento do movimento do capital com o olhar otimista de um utopismo progressista, como se o futuro estivesse à nossa espera. Enxergavam tão-somente o papel progressista do capital, não acreditando na possibilidade de uma superação daquilo que assumiam como etapa no processo de desenvolvimento social — a etapa democrática-burguesa. Não surpreende que a questão agrária não passasse, para eles, de uma questão posta para o capital resolver, ou que só a burguesia deveria e poderia solucionar. Não cabia, pois, às diversas classes sociais recusar-se a aceitar aquilo que lhes destinava o processo evolutivo.

Todavia, nem sempre Lênin se afastava da posição de que a revolução russa seria inicialmente democrático-burguesa em sua forma, como explicita em **Duas tácticas da social-democracia na revolução democrática** (1905). O que o separaria, então, desse etapismo menchevique? No nosso entendimento, justamente a questão da hegemonia. Não havia dúvida, para Lênin como para os diversos mencheviques, que a revolução deveria ser democrática na sua primeira fase, posição que só irá ser alterada durante a elaboração das **Teses de Abril** (1917). Contudo, mesmo nesta fase democrático-burguesa, a hegemonia deveria ser do proletariado. Nisto reside a diferença: para os mencheviques, ao contrário, se a revolução era democrática, a hegemonia deveria ser necessariamente burguesa. Apesar de significativa, tal distinção nunca esteve isenta de notórias ambigüidades, sobretudo quando se punha em causa a problemática agrária e sua solução.

Sempre pareceu muito claro que a construção teórica leniniana subordinava definitivamente a questão agrária às necessidades de construção do socialismo, o mesmo não se podendo dizer da sua posição sobre os caminhos a serem seguidos por essa transformação, ou sobre a necessidade, que não deixava de ver, de ocidentalização dos camponeses, considerada esta uma alternativa concreta para sua integração numa nova dinâmica que rumava, enfim, para o socialismo. No ar ficaram algumas perguntas, nem todas bem respondidas no seu tempo. Por exemplo: se não se configurava como uma questão para o capital, já que, economicamente, não se anunciava como qualquer obstáculo maior à acumulação, como entender, então, uma *questão agrária*: como uma limitação cultural à construção do processo de transição socialista? Parece que sim.

Ora, nada parece ser mais dramático para Lênin do que a barbárie camponesa, assim como observava no campo russo. Esta era um fato e, para ele, um limite imposto ao desenvolvimento social na sua forma mais avançada, ou socialista. Nada disto era inato: a barbárie teria sido construída por séculos de servidão e reforçada pela penetração do capital no campo, assim como se expressava visivelmente nas novas relações sociais. Não demonstrava o autor qualquer convicção com o automatismo de determinadas visões segundo as quais bastava desenvolver as forças produtivas para que mudassem as relações sociais de produção, ou para que um “novo homem” daí emergisse. A barbárie era reforçada pelo capitalismo. Sob nenhuma hipótese, ressaltava, podia ser superada sem uma ruptura radical com seus principais condicionantes. A hegemonia do capital vinha a ser, portanto, fonte última desta barbárie, assim como de outras que acompanham seu desenrolar. Não atentar para isto, admitia, era ceder ante os apelos de um certo utopismo burguês, mais próprio dos defensores de uma transição pacífica entre etapas do desenvolvimento social.

É certo que Lênin acerceu-se em determinados momentos dos defensores desse etapismo, chegando a ceder aos seus argumentos, como no caso das teses evolucionistas d’**A questão agrária** de Kautsky, que lhe serviram de base para a oposição aberta e radical aos diversos defensores do comunitarismo, assim como defendido por populistas, de sabor regressivo-passadista, segundo entendia; ou quando insistiu na aquisição de saberes ocidentais ou das habilidades de comerciar por parte dos camponeses russos nas cooperativas. De fato, ele não disfarçava sua convicção de que, como modelo civilizatório, o capitalismo representava uma contribuição mais importante do que o comunitarismo defendido pelos populistas. De início timidamente, mas, depois de conquistado o poder, de forma bem mais acentuada, defende abertamente a civilização do capital como uma herança não desprezível para todas as forças que pretendiam realmente construir o socialismo.

Tudo parece soar como se o socialismo não fosse, para ele, a novidade; isto é, como se não fosse necessário inventar tudo de novo. O que se punha para o autor era se o socialismo era uma invenção ou se já não se encontrava determinado nas relações sociais e nas formas de organização do próprio capital. Como afirmava nas suas críticas aos defensores de uma revolução cultural proletária, a aquisição de uma cultura burguesa por camponeses russos durante séculos oprimidos por senhores da terra ou por representantes do próprio capital podia se transformar numa arma poderosa tendo em vista o objetivo de romper em definitivo a exploração das classes dominadas.

O socialismo representava a forma que deveria assumir a libertação das forças produtivas, mas dele não redundaria uma cultura nova, posto que se espelhava na própria expectativa aberta pela cooperação na fábrica, o formato adequado desta que tende a ser considerada por Lênin como expressão maior de uma nova sociabilidade: um novo que já se expressava no velho e que não podia ou devia ser reinventado.

No fundo, ele era um otimista. Sua imaginação nunca era travada pelo excesso de objetivismo, como muitas vezes parecia demonstrar. Romper com um passado e adquirir uma cultura já construída só tinha sentido na sua postulação se tudo aquilo pudesse levar operários e camponeses a romper com a passividade a que haviam sido submetidos pelo capital em seu desenvolvimento, o que significava demais para ele, sobretudo numa Rússia relativamente atrasada de finais do século XIX e início do XX, fortemente dominada por ideologias de uma velha e carcomida oligarquia imperial. Romper a passividade consistia nessa possibilidade de inverter posições: anular o domínio de uma classe e firmar a hegemonia de uma outra. As tarefas nesse sentido eram imensas, perpassando inevitavelmente a luta de classes, mas seu eixo era a organização. Organizar as forças sociais era a condição para que esse passo, da passividade à independência de classe, fosse dado e se pudesse iniciar a efetiva transição socialista.

Pensando na atualidade de seu pensamento — e de sua prática — num país como o Brasil, pouco podemos sentir os seus reflexos, pelo menos nesse momento que atravessamos, direta ou abertamente. Bem longe da velha discussão sobre as vias prussianas ou democráticas, assim como enfrentada discursivamente ainda nos anos 1960/1970, quando a influência leniniana ainda se mostrava sensível, a partir de finais dos anos 80 passou a predominar neste âmbito da discussão e das práticas um forte pragmatismo que anulou definitivamente sua influência.

No Brasil, uma questão agrária sempre se revelou, de forma predominante, como uma limitação. A agricultura só se assumiu tal *status* quando impediu ou ameaçou o livre desenvolvimento do capital, nunca significando muito mais do que isso para importantes correntes que sobre ela se debruçaram. Para outros, nem tanto, já que veio a se traduzir como uma via de resistência para quem uma questão agrária não se configurava quando a agricultura obstruía as possibilidades de trânsito até ao capitalismo, mas quando passa a transitar de fato. Para estes, só a partir do momento em que se transita para o capitalismo no campo é que surge a necessidade de lutar pela terra ou por condições de sobrevivência.

Nada parece aproximá-los, um lado como o outro, de uma luta por hegemonia. Ou era uma transição ou uma resistência, ficando-se aí. Em relação ao leninismo, alguns deles herdaram apenas o enfoque, não o conteúdo das preocupações. De qualquer modo, até os anos 80 ainda se insinuava uma perspectiva de ruptura no debate travado, ainda que esta se manifestasse como uma demanda muito tênue. Os que a defendiam nem sempre articulavam a questão agrária a outras problemáticas, os cortes sendo cada vez mais acentuados, contribuindo para impedir uma possível unidade entre as diversas questões, muitas vezes desandando seus enfoques e alvos para lutas exclusivamente de resistência ou para esforços conjuntos de adaptação sistêmica, perdendo-se totalmente de vista a necessidade de construir uma hegemonia nesse passo entre resistir e adaptar-se.

Assim, a questão agrária no Brasil ou beirava as estradas ou navegava pelos oceanos: ou tendia a ser considerada meramente social, sem que isto pudesse soar como pejorativo, ou somente produtivista. Quando apenas social e atenta para soluções da fome e da migração rural-urbana, ou outras, se enquadrava inevitavelmente nos mecanismos de política agrária, não descolada das determinações do próprio sistema; quando produtivista, ponto final, pois que já teria sido resolvida pelo próprio capitalismo, assumindo como ícone o potente agronegócio exportador, reduzindo-se suas reivindicações aos âmbitos da política agrícola.

Deste modo, não faria mal algum, bem pelo contrário, que certos fundamentos da preocupação com questões hegemônicas manifestada por Lênin em seu tempo retornassem à nossa agenda de discussão ou de práticas. Por esta via até que poderia ser bastante proveitoso politicamente. Tal preocupação, aliás, se torna maior ainda quando a conciliação acrítica povoa a quase totalidade do universo decisório, quando não se sabe mais o que fazer diante da confusão ideológica que ameaça repartir em pedaços incontáveis os sonhos de transformação social, a ponto de quase não se poder mais identificá-los. O risco maior que paira sobre a luta social neste momento é justamente esse: deixar que cresçam os espaços de conciliação e que desapareça, na transição, uma perspectiva transformadora em favor dos simples ajustes através das mais desencontradas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aricó, José (comp.). **Correspondência 1868-1895: Karl Marx, Nikolái F. Danielson e Friedrich Engels**. México, Siglo Vientiuno, 1981.

- Cerroni, Umberto. **Teoria política e socialismo**. Lisboa, Europa-América, 1976.
- Claudin-Urongo, Carmem. **Lenin y la revolución cultural**. Barcelona, Anagrama, 1978.
- Lênin, Wladimir. “Mais vale pouco e bom”. In _____. **Lênin no poder: 1917-1923**. Porto Alegre, L&PM, 1979.
- _____. “Sobre o cooperativismo”. In _____. **Lênin no poder: 1917-1923**. Porto Alegre, L&PM, 1979a.
- _____. **Opere complete, vol. 1**, apud. Cerroni, Humberto (org.). **La teoria de las crisis sociales en Marx**. Madri, Comunicación, s.d.
- Luxemburg, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- Marx, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- Nunes, Américo. **As revoluções no México**. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- Zarembka, Paul. “Lenin as economist of production”. **Science and Society**, 67 (3). New York, outono, 2003.

** Nelson Oliveira é doutor em Economia (Universidade Estadual de Campinas/Unicamp), professor da Escola de Administração e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e foi durante muitos anos redator dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “É preciso sair do rumo!” (debate sobre a conjuntura) (**Cadernos do CEAS**, 204: 9-27. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 2003).*